



INSTITUTO FEDERAL  
Rio Grande do Norte

Concurso Público para Provimento de Cargos  
Técnico-Administrativos do Quadro Permanente  
de Pessoal do Instituto Federal de Educação,  
Ciência e Tecnologia do RN.

EDITAL Nº 7/2023 - RE/IFRN

# TAE CONCURSO PÚBLICO

## TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO



## Caderno de Provas

TAE – CARGO 14  
NS

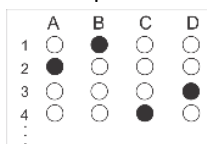
NUTRICIONISTA - HABILITAÇÃO

Edital Nº. 007/2023 – RE/IFRN

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Legislação e 20 (vinte) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	20 pontos
Legislação	10 questões	20 pontos
Conhecimentos específicos	20 questões	60 pontos
<b>PONTUAÇÃO TOTAL</b>		<b>100 pontos</b>

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

**A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL ESTÁ MUDANDO O MUNDO, MAS PRECISAMOS PROTEGÊ-LO**

Dora Kaufman

No início de 2023, Geoffrey Hinton, considerado o “padrinho da IA” e vencedor do Prêmio Turing (Nobel da tecnologia), declarou à revista *Technology review*: “De repente, mudei minha opinião sobre se essas coisas (máquinas movidas por inteligência artificial) serão mais inteligentes do que nós. Acho que elas estão muito próximas disso agora e serão muito mais inteligentes do que nós no futuro.” A cientista da computação Melanie Mitchell reconhece, na revista *Science*, que é uma afirmação extraordinária, mas que exige evidências igualmente extraordinárias. “Nós, humanos, somos propensos ao antropomorfismo, projetando inteligência e compreensão em sistemas que fornecem até mesmo um indício de competência linguística”, pondera. Mitchell refuta cada um dos testes realizados para comprovar a semelhança entre as capacidades cognitivas da IA generativa e as dos seres humanos, concluindo que, a partir das evidências fornecidas, não é possível afirmar que os sistemas de IA em breve igualarão ou excederão a inteligência humana.

Para o Prêmio Nobel Judea Pearl, autor de *The book of why: the new science of cause and effect* (Basic Books, 2018), estamos longe de produzir máquinas com inteligência semelhante à humana. A diferença profunda é a ausência de um modelo mental da realidade onde a imaginação acontece. Para ir mais longe, pondera Pearl, precisamos desenvolver um modelo causal, e não apenas modelos de correlação como as técnicas atuais de IA. “Se quisermos que os robôs respondam ‘por quê?’ ou mesmo que entendam o significado, devemos equipá-los com um modelo causal e ensiná-los a responder a perguntas contrafactuais”, argumenta Pearl, lembrando que as intuições humanas são organizadas em torno de relações causais, não estatísticas.

Abstraindo as controvérsias sobre o futuro da inteligência artificial, o que temos hoje é um sistema estatístico de probabilidade, fundamentalmente modelos baseados na técnica de redes neurais profundas (*deep learning*), com inúmeras limitações a começar pela variável de incerteza intrínseca aos sistemas estatísticos; soluções como o ChatGPT preveem o próximo *token* em uma sequência com base em uma lógica de probabilidade. A subjetividade humana permeia toda a cadeia de desenvolvimento da IA. São os humanos que tomam as decisões ao longo do processo, bem como são os humanos que interpretam os resultados e decidem como utilizá-los.

Ainda que limitada, a IA tem demonstrado um potencial revolucionário em diversas áreas, como saúde, transporte, educação, segurança e na otimização de processos operacionais. No entanto, seu uso também traz desafios e preocupações, como viés algorítmico discriminatório, privacidade, responsabilidade civil e impacto no mercado de trabalho. Regulamentar adequadamente a IA torna-se crucial para garantir sua aplicação ética, segura e responsável, especialmente porque as legislações existentes não abrangem a totalidade dos riscos associados a esses sistemas. Embora a regulamentação da IA seja essencial, trata-se de um desafio complexo; não por acaso ainda não temos, no mundo ocidental, um marco regulatório, o processo mais avançado é o europeu – “AI Act”, em debate público desde abril de 2021, 3.000 emendas em novembro de 2022, segunda versão votada no Parlamento Europeu em 14 de julho de 2023 –, com fortes críticas tanto do mercado quanto da academia.

Regulamentar a IA não é como regular um produto ou um serviço, não é trivial pré-identificar e isolar nos sistemas os riscos e suas consequências. A eficácia da lei na efetiva proteção da sociedade depende da convergência de diretrizes compartilhadas globalmente, autorregulação e arcabouço regulatório. Regulamentação é um projeto coletivo, que inclui legisladores, partes interessadas, setor privado, academia e sociedade civil. A lacuna de conhecimento sobre IA dos reguladores é uma grande barreira na regulamentação (e posterior fiscalização/*enforcement*); entender como funcionam as cadeias de suprimento dos sistemas de IA, e como atribuir responsabilidades distintas demanda tempo e capacitação. Entre os especialistas, forma-se um consenso de que a efetividade de qualquer regulamentação da IA depende de estabelecer padrões (tipo ISO).

Reconhecendo o tamanho do desafio, as organizações multilaterais estão convocando os especialistas. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, por exemplo, formou o grupo OECD.AI, coordenado pelo britânico Stuart Russell, com o propósito de equipar os governos com o conhecimento e instrumentos necessários para desenvolver políticas voltadas para o futuro da IA. A ONU está capitaneando diversas iniciativas gerais e setoriais, como a reunião promovida pela Unesco com 40 ministros da educação para avaliar as oportunidades, desafios e riscos no curto e longo prazo das tecnologias de IA. Pesquisa global da Unesco, em mais de 450 escolas e universidades, revelou que apenas 10% desenvolveram políticas institucionais e/ou orientações formais sobre o uso de sistemas de IA generativa.

Com base nesse cenário, o órgão está elaborando um conjunto de diretrizes políticas, bem como estruturas de competências de IA para alunos e professores, a ser lançado na “Digital Learning Week”, no segundo semestre de 2023 em sua sede em Paris.

Os governos nacionais igualmente estão se movimentando. Na Europa e nos EUA, os órgãos executivos estão formando equipes de formuladores de política com os parlamentares, agregando acadêmicos e especialistas de mercado. A administração Biden-Harris anunciou um grupo de trabalho do Instituto Nacional de Padrões e Tecnologias (AI@NIST) com voluntários, especialistas dos setores público e privado.

No Brasil, o projeto de lei para criação do Marco Regulatório da Inteligência Artificial, Projeto de Lei 2338, em tramitação no Senado, é um bom ponto de partida, mas requer aperfeiçoamentos, no geral, para: (a) reduzir os custos de conformidade que afetam negativamente a inovação e positivamente a concentração de mercado (empresas médias, pequenas e startups não terão capacidade de atender às exigências legais); e (b) especificar os direitos do usuário afetado, evitando uma enxurrada de ações judiciais. É imprescindível padronizar os critérios de avaliação para classificar o risco, o teor dos documentos de avaliação e os parâmetros a serem utilizados pela autoridade competente para reclassificar e avaliar o impacto algorítmico. A categorização de risco é inadequada para regulamentar os grandes modelos de linguagem (LLMs) ou modelos de fundação, que têm aplicações versáteis e imprevisíveis e trazem preocupações sobre proteção de dados e direito autoral.

Para ter algum protagonismo nesse novo ambiente, o Brasil precisa de investimentos em infraestrutura, plataforma de código aberto e banco de dados robusto em português. A hegemonia da língua inglesa não só compromete a eficiência e confiabilidade para usuários não falantes de inglês, mas também tende a gerar hegemonia da cultura americana (monocultura). A questão ambiental, tema fora da pauta dos reguladores de IA, é estratégica na relação do Brasil com o resto do mundo, e o caminho de avanço da IA com sistemas cada vez mais ricos em dados tem uma pegada de carbono significativa em função do consumo de energia dos data centers para rodar sistemas robustos e de emissões associadas à produção de equipamentos e dispositivos. A regulamentação da IA deve incluir obrigações para reduzir o impacto de carbono (otimização dos processos de treinamento e implantação e uso de fontes de energia renováveis). Regular a IA é urgente, mas sem açodamento. O processo é tão importante quanto o resultado final.

Disponível em <https://revistacult.uol.com.br/>. Acesso em: 17 out. 2023. (texto adaptado)

**01.** O texto se desenvolve em torno da

- A) explicação de um fato em torno do qual já existe uma visão consensual arraigada.
- B) defesa de um posicionamento a partir de visões conflitantes sobre o mesmo tema.
- C) defesa de um posicionamento ratificador das visões já existentes sobre o mesmo tema.
- D) explicação de um fato em que há uma convergência entre a ciência e o senso comum.

**02.** Sobre o papel da inteligência artificial nas transformações pelas quais o mundo está passando, o texto, em sua totalidade, apresenta uma visão

- A) idealizada.
- B) pessimista.
- C) conformista.
- D) ponderada.

**03.** No primeiro parágrafo, há, além da voz da autora,

- A) três outras vozes, entre as quais há concordância.
- B) duas outras vozes, entre as quais há discordâncias.
- C) três outras vozes cujas visões estão em total divergência.
- D) duas outras vozes cujas visões estão em total convergência.

04. Ao se referir à Inteligência Artificial, no primeiro período do quarto parágrafo, a autora expressa um raciocínio
- A) causal.
  - B) concessivo.
  - C) explicativo.
  - D) condicional.
05. Ao iniciar o segundo período do quarto parágrafo, a autora sinaliza que fará, em relação ao que foi afirmado no período anterior, uma
- A) justificativa.
  - B) conclusão.
  - C) retificação.
  - D) contraposição.

06. Considere o trecho a seguir.

É imprescindível padronizar os critérios de avaliação para classificar o risco, o teor dos documentos de avaliação e os parâmetros a serem utilizados pela autoridade competente para reclassificar e avaliar o impacto algorítmico.

Sobre a construção desse trecho, é correto afirmar que a autora recorre a uma estrutura

- A) de oração substantiva, como uma forma de modalizar o discurso.
  - B) de oração substantiva, como forma de imprimir veracidade ao discurso.
  - C) de oração adjetiva, como forma de imprimir verossimilhança ao que foi afirmado.
  - D) de oração adjetiva, como forma de revelar uma atitude em relação ao que foi afirmado.
07. Leia o período abaixo.

“Nós, humanos, somos propensos ao antropomorfismo, projetando inteligência e compreensão em sistemas que fornecem até mesmo um indício de competência linguística”, pondera.

Nesse trecho, citado pela autora, em que a cientista da computação Melanie Mitchell justifica a ideia de que somos propensos ao antropomorfismo, a expressão **até mesmo**, usada pela cientista, assinala que

- A) o indício de competência linguística é incluído como o argumento mais fraco na escala de características que levam os seres humanos a antropomorfizarem sistemas computacionais.
- B) se deve excluir o indício de competência linguística como argumento para justificar a tendência de os seres humanos antropomorfizarem sistemas computacionais.
- C) se deve contrapor o indício de competência linguística a outros argumentos utilizados para justificar a tendência de os seres humanos antropomorfizarem sistemas computacionais.
- D) o indício de competência linguística é incluído como o argumento mais forte na escala de características que levam os seres humanos a antropomorfizarem sistemas computacionais.

As questões 8 e 9 referem-se ao trecho reproduzido abaixo.

“Se quisermos que **os robôs** respondam ‘por quê?’ ou mesmo que entendam o significado, devemos equipá-los com um modelo causal e ensiná-los a responder a perguntas contrafactuais” [...].

- 08.** Para evitar a repetição redundante da expressão “os robôs”, nesse trecho, utilizou-se o recurso coesivo
- A) da omissão do elemento linguístico e do pronome oblíquo, com função de objeto direto, uma vez que, nesse contexto linguístico, o padrão escrito formal da língua portuguesa não orienta o uso de pronome do caso reto.
  - B) da omissão do elemento linguístico e do pronome oblíquo, com função de objeto indireto, uma vez que, nesse contexto linguístico, o padrão escrito formal da língua portuguesa não orienta o uso de pronome do caso reto.
  - C) do pronome relativo e do pronome oblíquo, com função de objeto direto, uma vez que, nesse contexto linguístico, o padrão escrito formal da língua portuguesa não orienta o uso de pronome do caso reto.
  - D) do pronome relativo e do pronome oblíquo, com função de objeto indireto, uma vez que, nesse contexto linguístico, o padrão escrito formal da língua portuguesa não orienta o uso de pronome do caso reto.
- 09.** O não uso do acento grave, nas duas ocorrências da palavra “a”, deve-se,
- A) na primeira ocorrência, ao gênero da palavra imediatamente posposta ao “a”; na segunda, ao uso de um substantivo feminino, imediatamente posposto ao “a”.
  - B) na primeira ocorrência, à classe gramatical da palavra imediatamente posposta ao “a”; na segunda, ao uso de um substantivo no sentido generalizador, imediatamente posposto ao “a”.
  - C) na primeira ocorrência, à regência obrigatória da palavra imediatamente posposta ao “a”; na segunda, ao uso de um substantivo no sentido generalizador, imediatamente posposto ao “a”.
  - D) na primeira ocorrência, à regência obrigatória do verbo imediatamente anteposto ao “a”; na segunda, ao uso de um substantivo no sentido feminino, imediatamente posposto ao “a”.

- 10.** Considere o período reproduzido abaixo.

Regular a IA é urgente, mas sem açodamento.

A palavra “açodamento” mantém relação de

- A) antonímia com a palavra “ansiedade”.
- B) sinonímia com a palavra “pressa”.
- C) sinonímia com a palavra “lentidão”.
- D) antonímia com a palavra “sofreguidão”.

**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LEGISLAÇÃO**

11. O Estatuto dos Servidores Públicos Federais (Lei n.º 8.112/1990) dispõe a respeito do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. Entre outras matérias, o Estatuto versa sobre o Plano de Seguridade Social do servidor federal, compreendendo uma série de benefícios para o servidor e sua família. Consoante às regras previstas na lei em destaque, à família do servidor ativo que for afastado por motivo de prisão, em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente, é devido, enquanto perdurar a prisão, auxílio-reclusão no valor de:
- A) Um terço da remuneração.
  - B) Metade da remuneração.
  - C) Dois terços da remuneração.
  - D) Três quartos da remuneração.
12. Ainda nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Federais (Lei n.º 8.112/1990), considera-se noturno, para fins de percepção do Adicional Noturno, o serviço prestado pelo servidor em horário compreendido entre
- A) 21 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte.
  - B) 21 horas de um dia e 6 horas do dia seguinte.
  - C) 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte.
  - D) 22 horas de um dia e 6 horas do dia seguinte.
13. A Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, trazendo preceitos que reforçam o dever da família e do Estado na concretização desse direito social. Conforme as disposições contidas na lei em destaque, constitui dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos:
- A) 3 anos de idade.
  - B) 4 anos de idade.
  - C) 5 anos de idade.
  - D) 2 anos de idade.
14. Nos termos da Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, também denominada Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar, entre outros princípios, o da transparência, definido como uma garantia, aos titulares, de
- A) exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.
  - B) informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial.
  - C) realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.
  - D) consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais.

**CONCURSO PÚBLICO – TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO - TAE**  
**EDITAL Nº. 007/2023 – RE/IFRN**

---

15. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394/1996), compreendem as instituições de:
- A) Ensino fundamental mantidas pelo Poder Público municipal.
  - B) Educação superior mantidas pelo Poder Público municipal.
  - C) Educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada.
  - D) Educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada.
16. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados pela Lei n.º 11.892/2008, têm como órgão executivo a reitoria, composta por 1 Reitor e 5 Pró-Reitores. De acordo com as disposições do citado diploma legal, os Reitores serão nomeados pelo Presidente da República, para mandato de
- A) 4 anos, vedada a recondução.
  - B) 2 anos, vedada a recondução.
  - C) 2 anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do respectivo Instituto Federal.
  - D) 4 anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do respectivo Instituto Federal.
17. As normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas estão previstas na Lei n.º 8.027, de 12 de abril de 1990. Nos termos da normativa em destaque, constitui falta administrativa, punível com a pena de demissão, a bem do serviço público,
- A) Atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas.
  - B) Opor resistência ao andamento de documento, processo ou à execução de serviço.
  - C) Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.
  - D) Manter sob a sua chefia imediata cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.
18. A Lei Federal n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, é o diploma que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Consoante às disposições da referida lei, ressalvados os casos de comprovada má-fé, o direito da Administração Pública de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em
- A) 3 anos, contados da data em que foram praticados.
  - B) 5 anos, contados da data em que foram praticados.
  - C) 3 anos, contados da data em que se tornaram conhecidos pela autoridade competente.
  - D) 5 anos, contados da data em que se tornaram conhecidos pela autoridade competente.
19. Nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394/1996), considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a (à)
- A) Obras de infraestrutura realizadas para beneficiar a rede escolar.
  - B) Concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas.
  - C) Subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural.
  - D) Formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomático.

- 20.** De acordo com o disposto no art. 10 da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º dessa Lei e, notadamente, a ação de
- A) deixar de prestar contas quando estiver obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades.
  - B) celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
  - C) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
  - D) revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.



**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – NUTRICIONISTA - HABILITAÇÃO**

21. Os carboidratos, também chamados de glicídios, hidratos de carbono e açúcares, são encontrados, geralmente, em alimentos de origem vegetal, como batatas e feijão, e apresentam, em sua composição, o carbono, o hidrogênio e o oxigênio. Os carboidratos são classificados em:
- A) dipeptídeos e polipeptídeos.
  - B) triacilgliceróis e fosfolipídeos de membrana.
  - C) monossacarídeos, dissacarídeos e polipeptídeos.
  - D) monossacarídeos, dissacarídeos, oligossacarídeos e polissacarídeos.
22. O IMC é a sigla para Índice de Massa Corporal, que permite a uma pessoa fazer o controle de seu peso. Arnaldo, 40 anos, está preocupado com o número que viu na balança, mas ficou com dúvidas quanto ao cálculo do IMC. Ele pesa 150kg e possui 1,75 metros de altura. Observe a figura 01:

IMC	Classificações
Menor do que 18,5	Abaixo do peso normal
18,5 - 24,9	Peso normal
25,0 - 29,9	Excesso de peso
30,0 - 34,9	Obesidade classe I
35,0 - 39,9	Obesidade classe II
Maior ou igual a 40,0	Obesidade classe III

*Classificação segundo a OMS a partir do IMC*

Figura 01

De acordo com o cálculo do IMC e a classificação apresentada na figura 01, Arnaldo se encontra na faixa de

- A) excesso de peso.
  - B) obesidade classe I.
  - C) obesidade classe II.
  - D) obesidade classe III.
23. Triacilgliceróis, ácidos graxos e colesterol são transportados no sangue por lipoproteínas plasmáticas. Segundo a Sociedade Brasileira de Cardiologia, a nova meta de valor para LDL é de < 50mg/dl. O LDL tem como principal característica e função:
- A) alta densidade e transporte do colesterol do coração para o fígado.
  - B) alta densidade e transporte do colesterol do fígado para as células periféricas.
  - C) baixa densidade e transporte do colesterol das células periféricas para o fígado.
  - D) baixa densidade e transporte do colesterol do fígado para as células periféricas.

**24.** Aminoácidos são as unidades formadoras das proteínas. Sobre os aminoácidos, é correto afirmar:

- A) Os aminoácidos não essenciais são encontrados somente nas plantas.
- B) Os aminoácidos não podem ser encontrados em alimentos como carnes vermelhas, ovos, queijo etc.
- C) Um aminoácido não-essencial é aquele que o organismo é capaz de sintetizar para o seu funcionamento.
- D) Os aminoácidos são as unidades fundamentais de todas as proteínas. Existem 27 diferentes tipos de aminoácidos.

**25.** Em relação aos efeitos metabólicos do diabetes Mellitus tipo 2 (DM2):

- A) A resistência à insulina é uma característica central no desenvolvimento do DM2, envolvendo, principalmente, os tecidos muscular e adiposo.
- B) No DM2, a produção de insulina pelo pâncreas frequentemente permanece diminuída nas fases iniciais da doença.
- C) A lipólise diminuída nos adipócitos é um dos mecanismos que não contribuem para a resistência à Insulina no DM2.
- D) O fenômeno “hiperglicemia em jejum” é menos comum no DM2 em comparação com o diabetes Mellitus tipo 1 (DM1).

**26.** A Síndrome Metabólica é um conjunto de alterações metabólicas e hormonais que eleva o risco de o indivíduo desenvolver doenças cardiovasculares bem como outras patologias. Sobre essa síndrome é correto afirmar:

- A) A resistência insulínica não se configura como o mecanismo central responsável pelo desenvolvimento de diversas doenças associadas ao sobrepeso e à obesidade, como a Síndrome Metabólica.
- B) A Síndrome Metabólica não é uma doença e sim um conjunto de fatores de risco metabólicos individuais, que são iniciados com a resistência periférica à insulina.
- C) A Síndrome Metabólica teve aumento na sua prevalência devido ao aumento da obesidade, situação que não se relaciona aos riscos de doenças cardiovasculares e diabetes.
- D) O diagnóstico da Síndrome Metabólica é feito, principalmente, pela presença da medida da circunferência da cintura e pela presença de, pelo menos, um fator de risco, que pode ser: glicemia de jejum aumentada ou aumento do HDL-colesterol.

**27.** Para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), um alimento é considerado “zero trans” quando contiver quantidade inferior ou igual a 0,2 g desse nutriente. Sendo assim, o consumo diário excessivo de alimentos ricos em gordura trans pode provocar alteração de

- A) Triacilglicerol, diminuindo sua síntese no tecido adiposo.
- B) Triglicerídeos, diminuindo sua concentração plasmática.
- C) HDL-colesterol, aumentando sua concentração plasmática.
- D) LDL-colesterol, aumentando sua concentração plasmática.

- 28.** A digestão dos lipídios possui a participação da lipase lingual e da lipase gástrica, que são secretadas na boca e no estômago, respectivamente. No entanto, sua atividade é limitada e a digestão de lipídios realmente começa quando a comida chega ao intestino delgado. É nesse momento que a lipase pancreática desempenha o papel crucial de
- A) emulsificar os triacilgliceróis nos alimentos gordurosos.
  - B) produzir ácidos graxos e glicerol a partir da quebra da gordura.
  - C) estabilizar as micelas formadas pelos sais biliares e pelo suco gástrico.
  - D) transportar o colesterol na circulação sanguínea e depositá-lo nos tecidos.
- 29.** Entre os procedimentos diagnósticos voltados para a avaliação do controle glicêmico em indivíduos diagnosticados com Diabetes Mellitus, o exame específico utilizado para fornecer informações sobre os níveis médios de glicose ao longo de um período de cerca de 2 a 3 meses é
- A) a análise detalhada de enzimas hepáticas, que proporciona insights sobre a saúde do fígado.
  - B) a avaliação da função renal por meio de exames laboratoriais, auxiliando na detecção precoce de possíveis complicações.
  - C) a dosagem da hemoglobina A1c, uma forma de hemoglobina que reflete a média dos níveis de glicose sanguínea ao longo do mencionado período.
  - D) o teste oral de tolerância à glicose, mede a glicose no sangue em um único momento: após pelo menos 8 horas de jejum.
- 30.** A síndrome metabólica é um conjunto de condições médicas que aumentam o risco de desenvolvimento de doenças cardiovasculares e diabetes tipo 2. Qual dos seguintes critérios está associado à síndrome metabólica?
- A) Hipertrigliceridemia.
  - B) Hipotensão arterial.
  - C) Obesidade ginóide.
  - D) Colesterol HDL elevado.
- 31.** A Resolução nº 216, publicada em 15 de setembro de 2004, estabelece os procedimentos de Boas Práticas para serviços de alimentação, a fim de garantir as condições higiênico-sanitárias do alimento preparado. As orientações do tópico de “Documentação e Registro” determinam que
- A) o Manual de Boas Práticas deve ser atualizado a cada 30 (trinta) dias, estando acessível aos funcionários envolvidos e disponível à autoridade sanitária, quando requerido.
  - B) os Procedimentos Operacionais Padronizados (POP) devem conter as instruções sequenciais das operações e a frequência de execução, especificando o nome, o cargo e ou a função dos responsáveis pelas atividades.
  - C) os serviços de alimentação devem dispor de Manual de Boas Práticas e de APPCC. Esses documentos devem estar acessíveis aos funcionários envolvidos e disponíveis à autoridade sanitária, quando requerido.
  - D) os serviços de alimentação devem implementar o APPCC com os seguintes itens: higienização de instalações, equipamentos e móveis, controle integrado de vetores e pragas urbanas, higienização do reservatório e higiene e saúde dos manipuladores.

- 32.** Ainda referente à Resolução nº 216, as condições higiênico-sanitárias, no preparo e na conservação de alimentos, devem considerar que
- A) para conservação a quente, os alimentos devem ser submetidos à temperatura superior a 70°C por, no máximo, 6 horas.
  - B) os óleos e as gorduras utilizados devem ser aquecidos a temperaturas superiores a 120°C, sendo substituídos sempre que houver alteração evidente das características físico-químicas.
  - C) o tratamento térmico deve garantir que todas as partes do alimento atinjam a temperatura de, no mínimo, 70°C.
  - D) temperaturas inferiores a 70°C podem ser utilizadas no tratamento térmico, desde que haja mudanças na textura e cor na parte central do alimento.
- 33.** O cálcio desempenha um papel fundamental na contração muscular, coagulação sanguínea e a transmissão de sinais nervosos. Sabe-se, ainda, que esse mineral atua
- A) na síntese de insulina.
  - B) na regulação da temperatura corporal.
  - C) no fortalecimento dos ossos e dentes.
  - D) no transporte de oxigênio nos glóbulos vermelhos.
- 34.** Uma Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) atende 1000 comensais no horário do jantar, que vai das 19h às 21h. Considerando que uma pessoa leva, em média, 15 minutos para comer, a quantidade ideal de assentos no refeitório é de
- A) 125.
  - B) 225.
  - C) 500.
  - D) 1000.
- 35.** O fator de correção (FC) é a relação entre o peso do alimento bruto, ou seja, na forma como foi adquirido, e o peso do alimento líquido após passar por processo de limpeza. Dessa forma, o FC de determinada carne que é servida em uma UAN, onde foram adquiridos 90 kg dessa carne, cujo rendimento foi de 60 kg, considerando o índice de cocção (IC) de 0,8 é
- A) 1,1.
  - B) 1,2.
  - C) 1,3.
  - D) 1,5.

36. O cardápio da quarta-feira de uma instituição de idosos inclui uma preparação de abóbora. Sabendo-se que, nesse restaurante, almoçam, diariamente, 150 pessoas, que o per capita dessa preparação é de 100g e que o fator de correção (FC) dessa abóbora é 1,40, para servir a preparação para o total de pessoas é necessário comprar
- A) 2,1 kg de abóbora.
  - B) 21 kg de abóbora.
  - C) 210 kg de abóbora.
  - D) 2100 kg de abóbora.
37. Em 2022, a ANVISA publicou a Resolução nº 712, que dispõe sobre os requisitos de composição e rotulagem dos alimentos contendo cereais e pseudocereais, para classificação e identificação como integral, e para destaque da presença de ingredientes integrais. Logo, esse documento diz que os produtos apenas poderão ser classificados como integrais quando contiverem, no mínimo,
- A) 20% de ingredientes integrais.
  - B) 30% de ingredientes integrais.
  - C) 40% de ingredientes integrais.
  - D) 50% de ingredientes integrais.
38. É essencial para manutenção das funções fisiológicas do ser humano, controlando 18 minerais e desempenhando mais de 300 funções no organismo. Cerca de 300 enzimas dependem da presença desse mineral para realizarem suas atividades. É um importante ativador de muitos sistemas enzimáticos que auxiliam na transferência do fósforo, na contração muscular e na transmissão nervosa, sendo essencial para a estabilização estrutural dos ácidos nucleicos. Esse mineral é o
- A) Ferro.
  - B) Magnésio.
  - C) Potássio.
  - D) Zinco.
39. O Guia Alimentar para a População Brasileira (2014) recomenda: “Fazer de alimentos in natura ou minimamente processados a base da alimentação”. Como exemplo desses alimentos tem-se
- A) frutas, pães e queijo.
  - B) frutas, legumes e castanhas.
  - C) verduras, leite e sal.
  - D) verduras, legumes e biscoitos integrais.
40. O zinco é, de fato, um micronutriente essencial para o organismo humano, desempenhando diversas funções importantes. Sobre esse mineral, é correto afirmar:
- A) é essencial para a respiração celular.
  - B) é encontrado apenas em fontes de origem animal.
  - C) é consumido, principalmente, na forma de zinco livre, não se ligando a outras moléculas no corpo.
  - D) é um micronutriente importante para várias funções biológicas, incluindo o sistema imunológico e a cicatrização de feridas.